



Relatório de Gestão e Contas

2022



Assembleia Geral:

Presidente: Alcindo José Oliveira Monteiro Cardoso

1º Secretário: Sandra Cristina Silva Martins

2º Secretário: Ana Marta Silva Martins Gaspar

Direção:

Presidente: Fernando José Figueiredo Ferreira

Vice-Presidente: Alcides Marques Rodrigues

Secretário: Maria de Lurdes Dias Ferreira

Tesoureiro: Olga Maria da Costa Gonçalo

Vogal: Inocência de Oliveira Dias

Conselho Fiscal:

Presidente: Maria Leonor Silva Oliveira

1º Vogal: Hélder Gonçalves Fernandes dos Santos

2º Vogal: Ana Maria Marques da Fonseca

Associação Sócio Cultural Pró-Lemede
Instituição Particular de Solidariedade Social

NIPC: 501400427

Rua António Bronze de Carvalho Dias, 66

3060-211 Lemede

geral@prolemede.pt

CAE Principal:

87301: Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento

CAE Secundário:

88101: Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento



Índice

Introdução.....	4
Missão, Visão e Valores.....	5
Estrutura da Organização.....	6
Atividades Desenvolvidas.....	8
Aquisição de Bens e Serviços, Manutenção de Instalações e Equipamentos.....	9
Grau de Execução do Orçamento.....	9
Análise de Resultados.....	9
1.Rendimentos.....	10
1.1. Variação Comparativa de Rendimentos.....	10
1.2 Rendimentos por Naturezas.....	10
1.3 Distribuição Rendimentos.....	10
2.Gastos e Perdas.....	11
2.1. Variação Comparativa de Gastos.....	11
2.2 Gastos por Naturezas.....	12
3.Meios Financeiros Líquidos.....	12
2.1. Variação Saldos das Contas de depósitos à Ordem.....	12
Acontecimentos Após Data do balanço.....	13
Proposta de aplicação de Resultados.....	13
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	14
RELATÓRIO DE CONTAS.....	16
1.Balanço.....	17
2.Demonstração dos Resultados por Natureza.....	18
3.Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais.....	19
ANEXO.....	20



Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas, relativo ao ano de 2022, visa apresentar as principais atividades desenvolvidas pela Associação Sócio Cultural Pró-Lemedede, assim como os recursos humanos, técnicos e financeiros utilizados para o efeito.

O ano de 2022, que se previa ser um ano mais sorridente, marcado pelo regresso à normalidade pós pandemia, acabou por se revelar, no final das contas, um ano de grandes dificuldades, económicas e financeiras. Marcado pelo início da nova “Guerra Fria”, a tradução no aumento exorbitante da inflação, veio agravar a realidade da gestão das Instituições sem fins lucrativos.

O resultado final que este relatório apresenta e detalha, traduz exatamente a crescente dificuldade que Instituições, como a nossa, enfrentam para sobreviver. E, o esforço, que é feito dia após dia para continuar a servir a comunidade e a sociedade em geral da melhor forma.

O regresso à normalidade pós pandemia, permitiu também o regresso ao exercício da Atividade Cultural da Associação, pelo que no decorrer do exercício se realizaram excursões a Fátima, organizaram Jantares Convívio, contando-se ainda, com a participação na Expofacic’22 com a presença de uma tasquinha. A Presidência da Associação, serve-se do presente Relatório para agradecer a todos os intervenientes que, de alguma forma, colaboram com a Associação através da participação nas suas Atividades Culturais, alavancando o futuro e a continuidade da A.S.C. Pró-Lemedede.

Para além disso, é de salientar a crescente dificuldade inerente aos Recursos Humanos da Associação, quer pela dificuldade em contratar, quer pela dificuldade em suportar os custos que esta acarreta. Importa ainda referir que o nosso quadro de pessoal, começa, cada vez mais a ser composto por pessoal próximo à idade de reforma o que se vai traduzindo em sucessivos períodos de Baixa Médica (por vezes prolongada) aos quais se torna cada vez mais difícil de fazer face.

Em consonância com o referido, foram realizadas três Assembleias Gerais, em cumprimento dos estatutos desta Associação, e, ainda, uma reunião mensal dos elementos da Direção, por forma a analisar os resultados mensais e com vista à tomada de decisão para solucionar os diversos obstáculos que foram colocados durante o ano.

Face ao orçamento para o ano em análise, é de notar que este não foi cumprido, uma vez que neste se previa um resultado líquido positivo, que não foi alcançado no decurso das atividades.



Missão, Visão e Valores

Missão

A Associação Sócio Cultural Pró-Lemedede é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) tutelada pelo Instituto da Segurança Social (ISS, IP), que tem como objetivo “o exercício da solidariedade social com proteção social dos cidadãos na velhice e invalidez, da deficiência e incapacidade (...)” (Artigo 3º dos Estatutos). Para tal, esta Associação, propõe-se (como descrito no Artigo 4º dos seus Estatutos) a prestar serviços e outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidade, nos seguintes domínios:

- a) Creche;
- b) Centro de Dia;
- c) Serviço de Apoio Domiciliário;
- d) Estrutura Residencial para Idosos;
- e) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através de prestação de cuidados de saúde;
- f) Atendimento e acompanhamento social à comunidade;
- g) Proteção Social dos cidadãos da localidade que na eventualidade de doença, velhice, invalidez e morte, bem como todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho (ajuda alimentar);
- h) Outros que venham ao encontro das necessidades da população.

Visão

A nossa prioridade é responder às necessidades e bem-estar dos nossos idosos;

Colocamos à disposição uma equipa de excelência nos cuidados diários dos nossos utentes externos;

A nossa estrutura prima pela qualidade, conforto e excelência com uma dinâmica familiar e de proximidade.

Valores

- Cooperação e intercooperação;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Solidariedade, democracia e transparência.



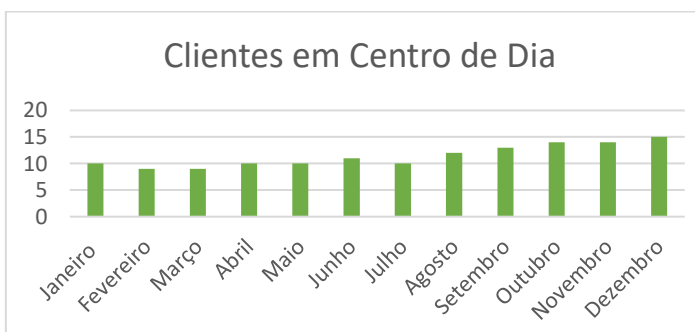
Estrutura da Organização

Distribuição de Clientes

A Associação Sócio Cultural Pró-Lemede, presta serviços aos seus utentes em três modalidades, possuindo um total de 65 vagas para utentes, distribuídas da seguinte forma:

- 20 para ERPI;
- 25 para Serviços de Apoio Domiciliário; e,
- 20 para os serviços de Centro de Dia, 15 delas protocoladas com a Segurança Social e 5 Extra-Acoordo de Cooperação.

Desta forma, ao longo do ano a distribuição dos clientes foi a que a seguir se apresenta. Sendo que, este ano foi também marcado pelo fim da domiciliação dos nossos utentes de Centro de Dia, a partir do mês de Fevereiro de 2022.



A média de utentes em ERPI foi de 20 utentes/ mês, já no que toca à resposta SAD foi de 25 utentes e no Centro de Dia de 11 utentes/mês.



Composição e Organograma da Equipa.

Como sabemos, a prestação destes cuidados não seria possível sem o trabalho de uma equipa que todos os dias se esforça para dar aos nossos utentes os melhores cuidados e o acesso a uma vida digna.

Para isto, a Associação Sócio Cultural Pró-Lemedo, conta com uma equipa composta por:

- 1 Diretora Técnica;
- 1 Enfermeira;
- 1 Técnica Superior de Serviço Social de 1ª;
- 1 Contabilista Certificada;
- 1 Monitora Sócio Cultural de 1ª;
- 6 Ajudantes de Ação Direta de 1ª;
- 1 Ajudantes de Ação Direta de 2ª;
- 9 Ajudantes de Ação Direta de 3ª;
- 2 Auxiliares de Serviços Gerais;
- 1 Cozinheira de 1ª;
- 2 Ajudantes de Cozinha.

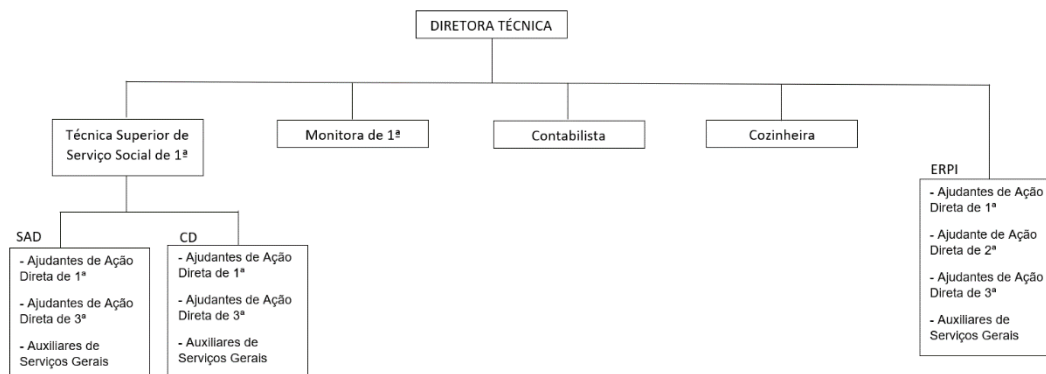
E, ainda, com a colaboração de uma Médica, que se encontra na instituição duas vezes por semana. No decorrer do ano de 2022, mais concretamente em Setembro, o Sr. Enfermeiro que fazia parte da nossa equipa em Regime de Avença aposentou-se, pelo que imperativamente (e, por imposição legal), se procedeu à contratação de uma enfermeira que pertence agora ao nosso Quadro de Pessoal. Naturalmente esta alteração, tem impacto financeiro, uma vez que ao invés da avença antes cobrada, há agora lugar ao pagamento de um salário mensal segundo as tabelas remuneratórias, bem como ao pagamento de todos os direitos remuneratórios (entenda-se Férias e Subsídio de Férias/ Natal).

À data de 31 de Dezembro de 2022, o quadro de funcionárias da Associação é o que a seguir se apresenta:

		Categoria Profissional	Tipo de Contrato
1001	Rute Cristina Rodrigues Neves de Carvalho	Diretora Técnica	Sem Termo
1072	Marlene Reis Póvoa Lourenço	Enfermeira	Sem Termo
1012	Olga Maria da Costa Gonçalo	Tec. Superior de Serviço Social de 1ª	Sem Termo
1016	Catarina Marisa Varino	Contabilista Certificada	Sem Termo
1058	Mariana Filipa de Oliveira Figueiredo	Contabilista Certificada	Termo Incerto
1020	Marta Margarida Pereira Varandas	Monitora de 1ª	Sem Termo
1002	Maria Ester de Oliveira Lourenço	Aj Ação Direta de 1ª	Sem Termo
1006	Maria Lucinda de Jesus Mendes	Cozinheira de 1ª	Sem Termo
1007	Maria Leonor Pires Simões	Aj Ação Direta de 1ª	Sem Termo
1008	Maria José Lourenço Marques da Conceição	Aj Ação Direta de 1ª	Sem Termo
1014	Gabriela Maria Mendes Martinho Marques	Aj Ação Direta de 1ª	Sem Termo
1015	Irma Maria Gaspar	Aj Ação Direta de 1ª	Sem Termo
1023	Graça de Melo Taipina	Aj Ação Direta de 1ª	Sem Termo
1047	Maria Marlene Marques Pereira Silva	Aj Ação Direta de 2ª	Sem Termo
1030	Jacinta Pereira de Figueiredo	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1048	Graça Maria Mendes Cação	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1049	Maria dos Anjos Mendes Sagaço	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1051	Sónia Margarida dos Santos Ricardo	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1060	Ana Dulce das Neves Costa	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1064	Maria Teresa Murta Correia	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1065	Bela Macedo Tabanez	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1075	Jilça Marta da Silva	Aj Ação Direta 3ª	Termo Certo
1077	Adriana Lima	Aj Ação Direta 3ª	Sem Termo
1010	Maria Isabel Mendes Fonseca	Ajudante de Cozinha	Sem Termo
1034	Maria Cecilia Branco dos Santos	Ajudante de Cozinha	Sem Termo
1024	Eugénia da Silva Marques	Aux Serviços Gerais	Sem Termo
1071	Editte da Silva Cavalheiro	Aux Serviços Gerais	Termo Certo



Estando elas organizadas de acordo com o seguinte organograma:



É importante salientar ainda, que os contratos a termo certo que se apresentam visam colmatar a existência de funcionárias em baixa médica.

Atividades Desenvolvidas

Atividade Cultural

Como já foi referido anteriormente, no ano de 2022, deu-se o regresso da Atividade Cultural da instituição, tendo sido desenvolvidas diversas atividades nomeadamente, ida a Fátima, realização de Jantares Convívio, participação nas Festas de S.Jorge e Expofacis.

Desta forma, esta participação teve o seguinte reflexo financeiro:

Atividade Cultural	
GASTOS	
CMVMC - Géneros Alimentares	8 556,24 €
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	190,37 €
Material de Escritório	
Outros Fornecimentos Serviços Externos	837,96 €
Subtotal	9 584,57 €
RENDIMENTOS	
Outros Rendimentos Suplementares - Outros	9 600,00 €
Subtotal	9 600,00 €
TOTAL	15,43 €



Aquisição de Bens e Serviços, Manutenção de Instalações e Equipamentos

No decurso do ano de 2022, não foram adquiridos quaisquer equipamentos, nem foram realizados investimentos. No que toca às aquisições de serviços, foi restabelecida a relação comercial com, a empresa Almas, Industries com vista a aumentar a segurança do Edifício, através da reativação do sistema de abertura de portas por acesso biométrico, bem como com a colocação de uma câmara de vigilância no primeiro piso do edifício.

Também não foram realizadas obras de manutenção das instalações relevantes, no decurso do período de relato.

No que toca aos equipamentos de Transporte foi reabilitada a Carrinha de Transportes Mercedes, que foi alvo de uma grande reparação, nomeadamente pintura.

Grau de Execução do Orçamento

Como já referido anteriormente, o grau de execução do Orçamento para o ano em análise é negativo, uma vez que não se atingiu o resultado positivo previsto. O quadro seguinte, traduz as variações do mesmo face ao mesmo.

Demonstração de Resultados por Natureza Previsional			
	DR Previsional	DR 2022	Desvio
Vendas e serviços prestados	300 251,87 €	299 104,27 €	- 1 147,60 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 79 705,04 €	- 98 178,15 €	- 18 473,11 €
Fornecimento e serviços externos	- 78 396,58 €	- 89 304,47 €	- 10 907,89 €
Gastos com o pessoal	- 375 543,21 €	- 374 491,32 €	1 051,89 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- €	418,00 €	- 418,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	- €	88,47 €	88,47 €
Outros rendimentos	252 061,75 €	251 866,09 €	- 195,66 €
Outros gastos	- 330,16 €	- 4 896,25 €	- 4 566,09 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	18 338,62 €	16 229,36 €	- 34 567,98 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 18 134,87 €	- 12 524,73 €	5 610,14 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	203,75 €	- 28 754,09 €	- 28 957,84 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €	- €
Juros e gastos similares suportados	- €	- €	- €
Resultado antes de imposto	203,75 €	- 28 754,09 €	- 28 957,84 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €
Resultado líquido do período	203,75 €	- 28 754,09 €	- 28 957,84 €

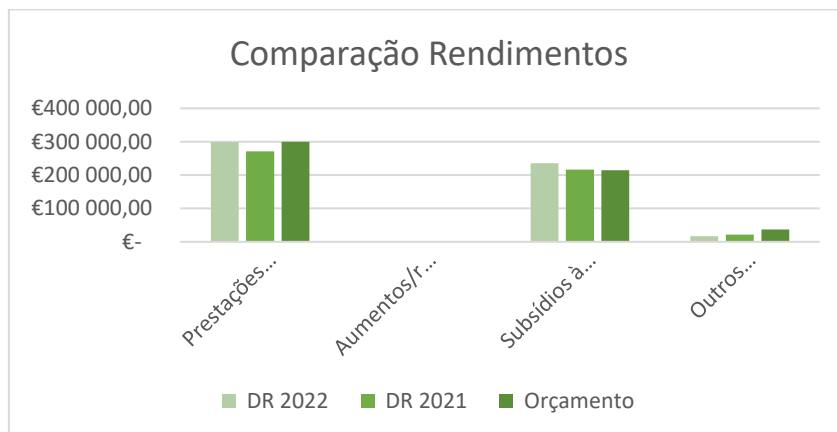
Análise de Resultados

Demonstração de Resultados por Natureza Comparativa			
	DR 2022	DR 2021	Diferencial
Vendas e serviços prestados	299 104,27 €	271 592,48 €	27 511,79 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 98 178,15 €	- 76 624,08 €	- 21 554,07 €
Fornecimento e serviços externos	- 89 304,47 €	- 74 696,47 €	- 14 608,00 €
Gastos com o pessoal	- 374 491,32 €	- 346 346,53 €	- 28 144,79 €
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 418,00 €	- €	- 418,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	88,47 €	- €	88,47 €
Outros rendimentos	251 866,09 €	237 801,08 €	14 065,01 €
Outros gastos	- 4 896,25 €	- 18 477,67 €	13 581,42 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	- 16 229,36 €	- 6 751,19 €	- 9 478,17 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	- 12 524,73 €	- 14 832,71 €	2 307,98 €
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	- 28 754,09 €	- 21 583,90 €	- 7 170,19 €
Juros e rendimentos similares obtidos	- €	- €	- €
Juros e gastos similares suportados	- €	- €	- €
Resultado antes de imposto	- 28 754,09 €	- 21 583,90 €	- 7 170,19 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €
Resultado líquido do período	- 28 754,09 €	- 21 583,90 €	- 7 170,19 €

1. Rendimentos

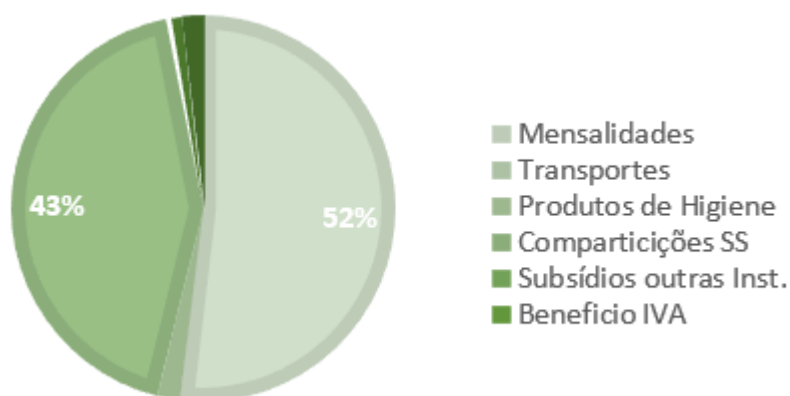
1.1. Variação Comparativa de Rendimentos

Comparativamente ao período anterior e ao Orçamento efetuado para o período em apreço verificam-se as seguintes variações:



1.2 Rendimentos por Naturezas

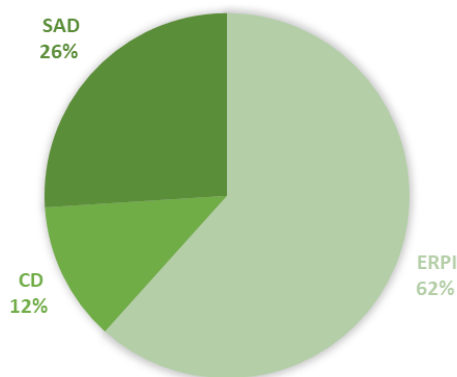
No que toca à natureza dos Rendimentos obtidos, a sua distribuição, traduz-se no gráfico que se segue:



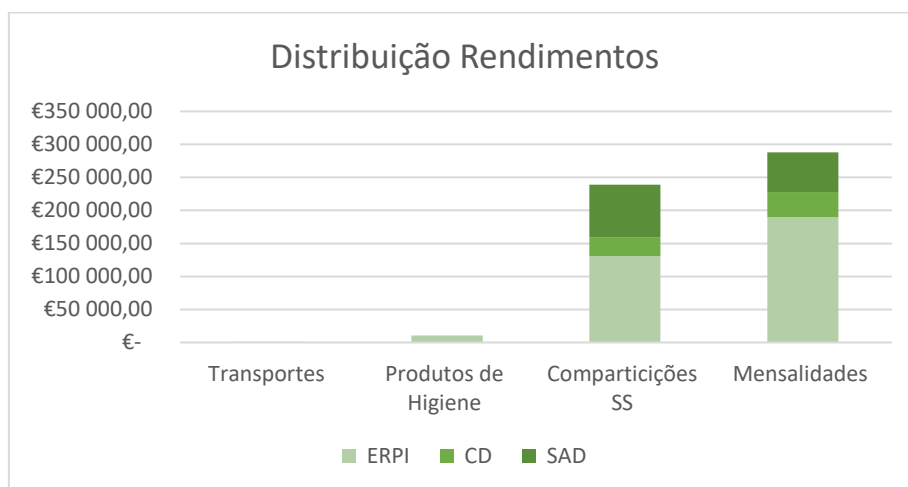
Conforme o gráfico supra, podemos observar que as mensalidades representam apenas 52% dos rendimentos obtidos pela entidade, cabendo às comparticipações recebidas pelo Instituto de Segurança Social a segunda maior fatia, representando 43% dos rendimentos.

1.3 Distribuição Rendimentos

No que toca à estrutura de rendimentos da entidade, o gráfico que a seguir se apresenta, representa o total de rendimento por valência, agregando os rendimentos relativos às Mensalidades recebidas e à comparticipação do Instituto de Segurança Social.



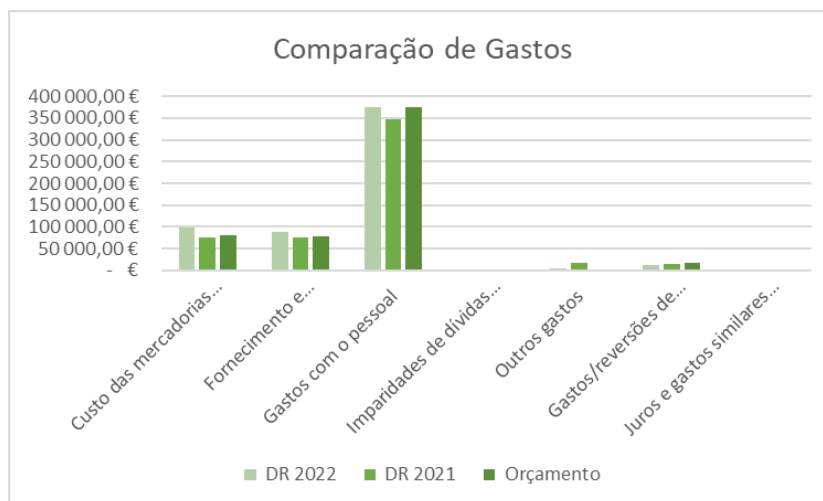
Por outro lado, aqui encontram-se representadas, as proporções de participação de cada valência em cada natureza de rendimento.



2. Gastos e Perdas

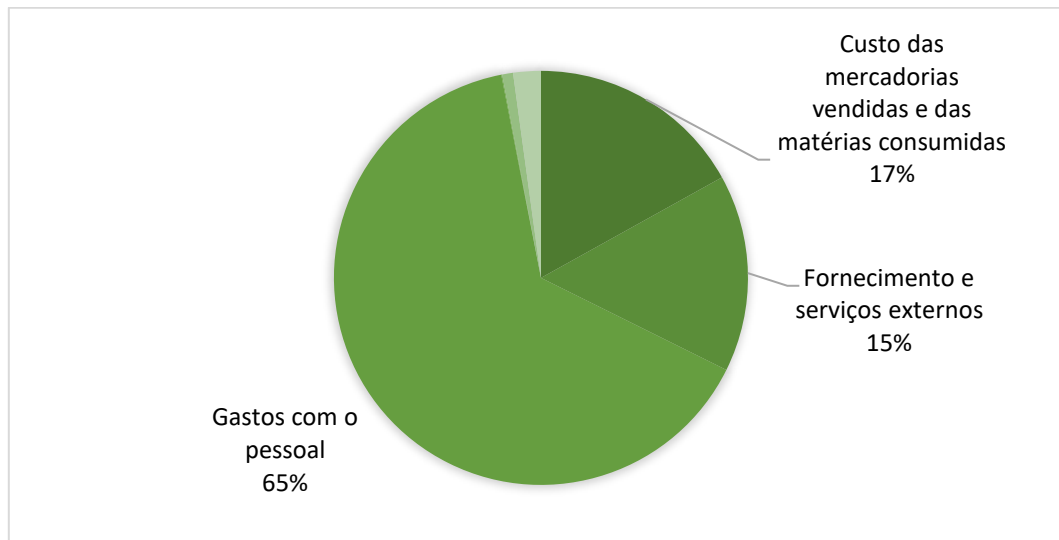
2.1. Variação Comparativa de Gastos

No que toca à comparação entre os gastos do período em análise, com os valores orçamentados e com os valores alcançados no período anterior, verificam-se as seguintes variações:



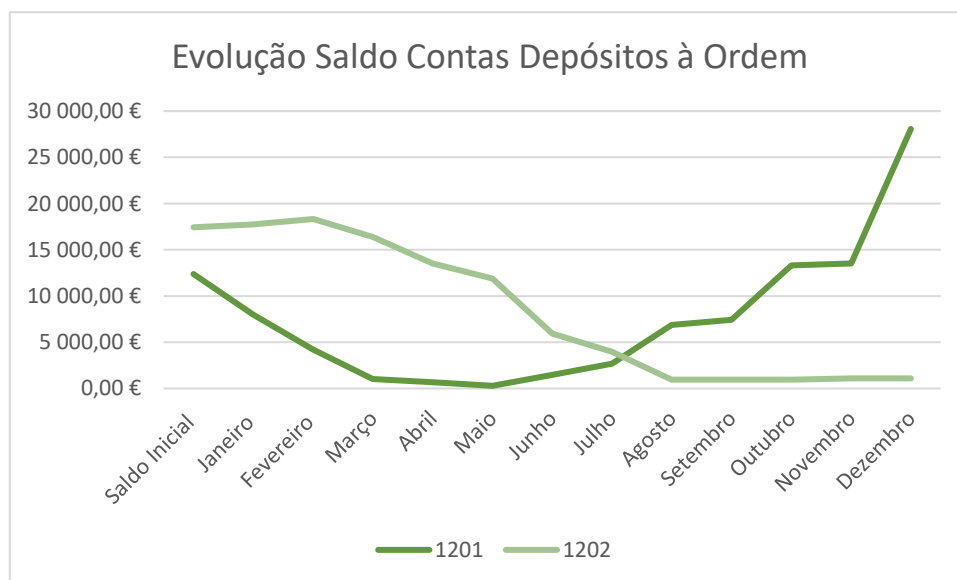
2.2 Gastos por Naturezas

Quanto à natureza dos gastos incorridos, podemos verificar que o maior absorvedor de custos da entidade é o pessoal, representando 65% dos gastos da entidade.

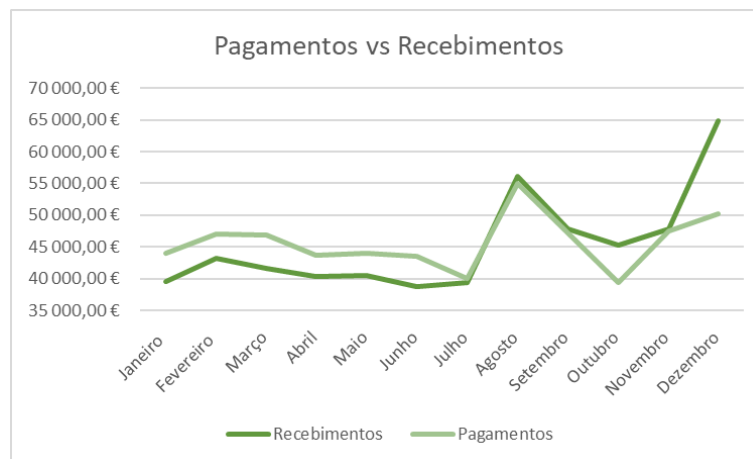


3. Meios Financeiros Líquidos

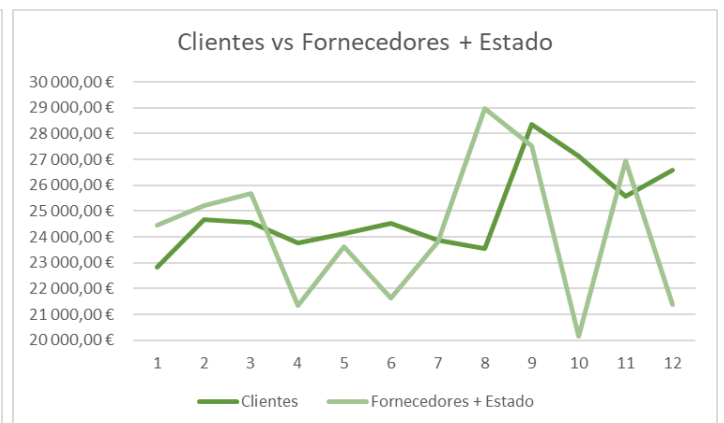
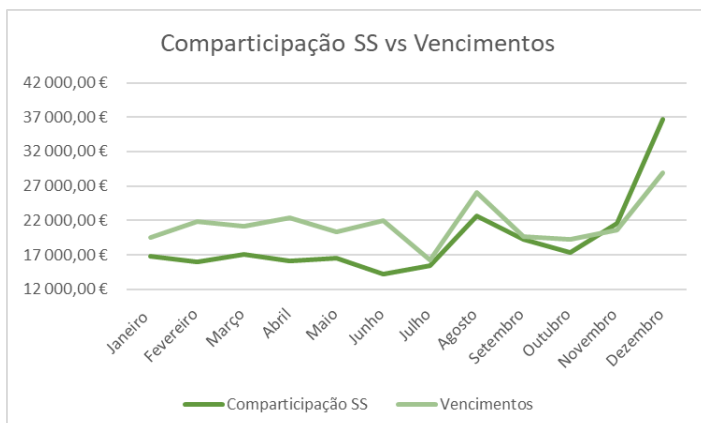
2.1. Variação Saldos das Contas de depósitos à Ordem



Como o gráfico supra ilustra, o saldo da conta social tendeu a decair com o avanço dos meses, o mesmo se verificou com a conta cultural à qual houve necessidade de recorrer por forma a cumprir com as obrigações de pagamento quer com nossos funcionários, como também aos fornecedores. Como se pode observar no gráfico seguinte, na maioria dos meses as obrigações de pagamento foram quase sempre superiores aos nossos recebimentos:



Ao longo dos anos o método de gestão financeira da entidade, passou pela utilização dos recursos gerados com os clientes para pagamento das obrigações aos Fornecedores e ao Estado e, da utilização dos subsídios atribuídos pela Segurança Social para cumprir as obrigações para com os funcionários. No entanto, estes recursos têm-se revelado insuficientes, tendo-se, quase sempre, a comparticipação da SS revelado insuficiente para fazer face ao pagamento de salários.



Com as imposições legais aos aumentos salariais e, mesmo ao nível da composição do quadro de pessoal, acrescido dos sucessivos aumentos dos preços dos bens e serviços, este cenário vem provar a dificuldade que é gerir um negócio onde os rendimentos são controlados e os apoios estatais insuficientes.

Acontecimentos Após Data do balanço

Não se observaram acontecimentos contabilisticamente relevantes após a data do Balanço.

Proposta de aplicação de Resultados

Quanto ao resultado líquido negativo verificado no período, no valor de 28.754,09€, apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras anexas a este relatório, propõe-se que transite no próximo ano para a conta de “Resultados Transitados”.



PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Prezados Associados:

No cumprimento das normas estatutárias, o Conselho Fiscal vem emitir o seu parecer sobre o Relatório da Direção, Balanço e Contas do Exercício Económico de 2022.

Depois de analisar os documentos referentes à prestação de contas, concluímos que tudo se encontra em boa ordem.

Neste contexto, o Conselho Fiscal emite Parecer Favorável a que se aprovelem o Relatório e Contas do Exercício Económico de 2022.

No entanto, o Conselho Fiscal ressalva a preocupação com os sucessivos resultados negativos, não encontrando alternativa senão maior participação por parte da Segurança Social, de forma a culmar os constantes aumentos de preços e, particularmente dos salários.

Lemedede, 25 de Março de 2023.

Presidente

(Maria Leonor Silva Oliveira)

1º Vogal

(Hélder Gonçalves Fernandes dos Santos)

2º Vogal

(Ana Maria Marques da Fonseca)



RELATÓRIO DE CONTAS



1. Balanço

Associação Sócio Cultural Pró-Lemedo

Contribuinte: 501400427

ESNL - Balanço em 31 de Dezembro de 2022

Moeda: EURO

Rubricas	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	338 575,59	348 943,76
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	5		
Investimentos financeiros		3 756,93	3 320,37
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Total do ativo não corrente		342 332,52	352 264,13
Ativo corrente			
Inventários	7	5 450,04	3 543,13
Clientes	16	5 038,40	6 102,56
Adiantamentos a fornecedores		54,10	
Estado e outros entes públicos	16	1 913,57	723,97
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		244,97	99,83
Diferimentos			3 285,70
Outros ativos financeiros		1 000,00	1 000,00
Caixa e depósitos bancários	16	29 242,13	29 863,20
Total do ativo corrente		42 943,21	44 618,39
Total do ativo		385 275,73	396 882,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Reservas			470,00
Outras reservas			
Resultados transitados	16	211 260,31	232 874,21
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		103 849,01	106 672,79
Resultado líquido do período		-28 754,09	-21 613,90
Total do fundo de capital		286 355,23	318 403,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	6		
Outras contas a pagar			
Total do passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	22 216,73	10 820,17
Adiantamentos de clientes			73,06
Estado e outros entes públicos	16	13 533,22	13 746,03
Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros		48,00	
Financiamentos obtidos	6		
Diferimentos		2 344,71	
Outras contas a pagar		60 777,84	53 840,16
Outros passivos financeiros			
Total do passivo corrente		98 920,50	78 479,42
Total do passivo		98 920,50	78 479,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		385 275,73	396 882,52

Órgão Diretivo: _____

Contabilista Certificado n.º _____



2. Demonstração dos Resultados por Natureza

Associação Sócio Cultural Pró-Lemede

Contribuinte: 501400427

ESNL - Demonstração de Resultados por Naturezas

Moeda: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	299 104,27	271 592,48
Subsídios, doações e legados à exploração	10		
ISS, IP		230 052,95	216 437,08
Outras Entidades Públicas		5 200,35	
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-98 178,15	-76 624,08
Fornecimentos e serviços externos	8	-89 304,47	-74 696,47
Gastos com o pessoal	8	-374 491,32	-346 346,53
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-418,00	
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	9		
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor		88,47	
Outros rendimentos e ganhos	8	16 612,79	21 364,00
Outros gastos e perdas	8	-4 896,25	-18 477,67
Resultado antes de depreciações, gastos de fin. e impostos		-16 229,36	-6 751,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-12 524,73	-14 832,71
Resultado operacional (antes de gastos de fin. e impostos)		-28 754,09	-21 583,90
Juros e rendimentos similares obtidos	8		
Juros e gastos similares suportados	8		-30,00
Resultado antes de impostos		-28 754,09	-21 613,90
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		-28 754,09	-21 613,90

Órgão de Diretivo: _____

Contabilista Certificado n.º _____



3. Demonstração das Alterações dos Fundos Patrimoniais

Contribuinte: 501400427

Moeda: EURO

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (Quotas) Proprias	Outros Instrum. Capital Proprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transiados	Ajustam Activos Financeiros	Exced. de Revaloriz.	Outras Variações Capital Proprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Proprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022		-72,08						232.874,21			107.142,79	-21.613,90	318.331,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira Adopção do SNC													
Alterações de Políticas Contabilísticas													
Diferenças de Conversão de Demonstrações Financeiras													
Realização do Exced. de Revalorização de Ativos Fixos													
Excedente de Revalorização de Ativos Fixos													
Ajustamentos por Impostos Diferidos													
Outras Alterações no fundos patrimoniais								-21.613,90			-3.293,78	21.613,90	-3.293,78
RESULTADO LÍQUIDO								-21.613,90			-3.293,78	21.613,90	-3.293,78
RESULTADO EXTENSIVO													
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos		72,08											72,08
Subsídios, doações e legados													
Outras operações													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2022		0,00						211.260,31			103.849,01	-28.754,09	286.355,23

Órgão de Direção: _____

Contabilista Certificado n.º _____



ANEXO



Índice

1. Identificação da Entidade.....	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1 Bases de Apresentação	3
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros.....	6
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	6
6. Ativos Intangíveis	6
7. Locações	6
8. Custos de Empréstimos Obtidos	6
9. Inventários.....	6
10. Rédito	7
11. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	7
12. Subsídios e Apoios do Governo.....	7
13. Efeitos das alterações em taxas de câmbio	8
14. Imposto sobre o Rendimento	8
15. Benefícios dos Empregados	8
16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	9
17. Outras informações.....	9
17.1. Investimentos Financeiros	9
17.2 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros.....	9
17.3 Clientes e Utentes	9
17.4 Outras Contas a Receber e a Pagar	10
17.5 Diferimentos.....	10
17.6 Outros Ativos Financeiros	10
17.7 Caixa e Depósitos Bancários.....	10
17.8 Fundos Patrimoniais.....	10
17.9 Fornecedores.....	11
17.10 Estado e Outros Entes Públicos.....	11
17.11 Acréscimos	11
17.12 Outros Passivos Financeiros.....	11
17.13 Subsídios, Doações e legados à exploração	11
17.14 Fornecimentos e Serviços Externos	12
17.15 Outros Rendimentos	12



17.16 Outros Gastos.....	13
17.17 Resultados Financeiros.....	13
17.18 Acontecimentos após a data de Balanço	13



1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: Associação Sócio Cultural Pró-Lemedede, IPSS.

NIF: 501400427

Morada: Rua António Bronze de Carvalho Dias, 66, 3060-211 Lemedede

Natureza Jurídica: Entidade sem Fins Lucrativos, constituída a 04 de Julho de 1983.

Natureza da Atividade: A atividade desta Instituição desenvolve-se através das valências de Centro de Dia, Apoio Domiciliário e Estrutura Residencial para Idosos.

CAE Principal: 87301- Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento

CAE Secundário: 88101- Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

Nº Médio de Trabalhadores: 27

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com o modelo contabilístico para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/211 de 9 de Março de 2011 que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro.

Desta forma, estas foram elaboradas com base nos seguintes referenciais contabilísticos:

- NCRF-ESNL (Aviso nº 6726-B/2011, de 14 de Março);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria nº 105/2011, de 14 de Março);
- Código de Contas (Portaria nº 218/2015, de 23 de Julho);
- SNC (Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho).

Não foram derogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC-ESNL) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, tendo por base os livros e registos contabilísticos da entidade, preservados de acordo com as NCRF do SNC-ESNL.

3.1.1 Regime do Acréscimo (Periodização Económica)

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo reconhecidos quando estes são gerados. Os rendimentos e gastos cujo valor seja desconhecido, são estimados à data de preparação das demonstrações



financeiras. As diferenças entre os valores recebidos e pagos e os que darão origem a rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Outros créditos a receber” e “Diferimentos” e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos”

3.1.2 Continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utilizadores da informação contabilista.

3.1.4 Relevância

A informação contabilística é considerada relevante quando pode influenciar a tomada de decisão pelos seus utilizadores.

3.1.5 Materialidade

A informação considera-se materialmente relevante quando a sua omissão ou inexactidão afetem significativamente a tomada de decisão.

3.1.6 Fiabilidade

As demonstrações financeiras devem espelhar factos consolidados e comprovados que por isso se tornam úteis e fiáveis.

3.1.7 Substância sobre a forma

A exclusiva observância da forma legal não deve ser fator exclusivo para a mensuração e contabilização dos factos contabilísticos, devendo estas retratar a realidade e a substância dos factos.

3.1.8 Neutralidade

A informação contabilística deve ser isenta de juízos que influenciem a tomada de decisão.

3.1.9 Prudência

Com base no pressuposto da prudência, a informação financeira deve espelhar os possíveis riscos, como são as dívidas incobráveis e as provisões em sede de garantia.

3.1.10 Comparabilidade

A informação divulgada deve ser comparativa, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Devendo ser divulgadas reclassificações decorrentes de alterações das políticas contabilísticas.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em euros, moeda funcional e de apresentação. Não tendo sido efetuadas transações em moeda estrangeira.



3.2.1 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários reflete os saldos existentes nas contas bancárias da Associação na Caixa de Crédito Agrícola, bem como os títulos de capital detidos nesta. Para além desses valores, reflete ainda os valores em caixa que incluem meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e valores postais.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são direitos contratuais sobre programas de computadores, que estão registados pelo custo aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade. Quando ocorrem custos de manutenção de softwares, estes são classificados como gastos na Demonstração de Resultados.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela entidade.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao custo de aquisição, incluindo despesas relacionadas com a compra, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade, quando aplicáveis. Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidas para venda.

3.2.5 Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento são mensuradas pelo seu justo valor, sendo este ajustado anualmente diretamente na Demonstração dos Resultados através da rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”.

3.2.6 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros constantes nas demonstrações financeiras relativos a ações detidas estão contabilizados pelo justo valor.

3.2.7 Inventários

Os inventários são mensurados ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido (preço de venda estimado deduzido dos custos estimados para realizar a venda).

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A Rubrica “Fundos Patrimoniais” representa o interesse residual nos ativos após a dedução dos passivos.

3.2.1. Provisões

A entidade reconhece uma provisão quando de um facto advém uma obrigação presente resultante de um acontecimento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo para a entidade.



3.2.11 Financiamentos Obtidos

Os valores obtidos a título de empréstimo, são registados no passivo, pelo seu valor nominal líquido.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Não se verificaram alterações das políticas contabilísticas da entidade, no ano em curso.

5. Ativos Fixos Tangíveis

No decurso do período em análise, a quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, os abates e alienações em Ativos Fixos Tangíveis, traduz-se pelo seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis							
Descrição	Quantia Escriturada Bruta						
	Saldo Inicial (01/01/2022)	Adições	Reduções	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo Final (31/12/2022)
Terrenos e recursos naturais	102 397,82 €	- €					102 397,82 €
Edifícios e outras construções	347 136,02 €	1 835,16 €					348 971,18 €
Equipamento Básico	67 405,01 €	240,84 €					67 645,85 €
Equipamento de Transporte	62 963,84 €	- €					62 963,84 €
Equipamento Bilógico	- €	- €					
Equipamento Administrativo	121 572,06 €	- €					121 572,06 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	11 868,40 €	- €					11 868,40 €
Total	713 343,15 €	2 076,00 €	- €	- €	- €	- €	- €
Depreciações							
	Depreciações Acumuladas (01/01/2022)	Adições	Reduções	Abates	Transferências	Revalorizações	Depreciações Acumuladas (31/12/2022)
Terrenos e recursos naturais	80,56 €		80,56 €				- €
Edifícios e outras construções	121 565,76 €	6 704,42 €					128 270,18 €
Equipamento Básico	67 866,00 €	4 470,33 €					72 336,33 €
Equipamento de Transporte	60 563,11 €	738,69 €					61 301,80 €
Equipamento Bilógico	- €	- €					- €
Equipamento Administrativo	102 848,23 €	611,29 €					103 459,52 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	11 475,73 €	- €					11 475,73 €
Total	364 399,39 €	12 524,73 €	80,56 €	- €	- €	- €	376 843,56 €

6. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo de aquisição, sendo subsequentemente no fim de cada período amortizados na base sistemática da sua vida útil. No fim de cada período devem ainda, relativamente a estes ativos, ser avaliadas as possíveis Perdas por Imparidade.

À data de Relato a entidade não possui Ativos Intangíveis.

7. Locações

Não Aplicável

8. Custos de Empréstimos Obtidos

A entidade não possuía empréstimos nem recorreu à sua utilização durante o período em análise.

9. Inventários

As variações em inventários decorridas ao longo do período são as que se apresentam no seguinte quadro:



Inventários					
Descrição	Saldo Inicial (01/01/2022)	Compras	Reclassificações e Regularizações	Saldo Final (31/12/2022)	CMVMC
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	9 198,86 €	92 639,81 €	- €	5 450,04 €	96 388,63 €
Géneros Alimentares	1 152,50 €	80 850,99 €		482,46 €	81 521,03 €
Limpeza, Higiene e Conforto	888,89 €	2 437,92 €		1 856,59 €	1 470,22 €
Produtos Higiene	7 157,47 €	9 350,90 €		3 110,99 €	13 397,38 €
Produtos acabados e Intermédios	- €				- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €
Material de Consumo					1 789,52 €
Total	9 198,86 €	92 639,81 €	- €	5 450,04 €	98 178,15 €

10. Rédito

Rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das atividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio. (NCRF 20 – Rédito, Comissão de Normalização Contabilística). Os réditos resultantes da prestação de serviços são reconhecidos na DR com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

No período em referência, o rédito decompõe-se da seguinte forma:

Prestações de Serviços			
Descrição	Faturação	Reembolsos	Total
Mensalidades			
ERPI	192 330,73 €	2 086,20 €	190 244,53 €
Centro de Dia	37 546,60 €	- €	37 546,60 €
Apoio			
Domiciliário	60 069,00 €	- €	60 069,00 €
	289 946,33 €	- €	289 946,33 €
Produtos de Higiene			
	10 621,64 €	- €	10 621,64 €
Transportes	622,50 €	- €	622,50 €
Total	301 190,47 €	4 233,64 €	301 190,47 €

11. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Dada a natureza da atividade da entidade, não se aplicam provisões nem Passivos/Ativos Contingentes.

12. Subsídios e Apoios do Governo

- Subsídios à Exploração:

Os subsídios atribuídos à entidade são reconhecidos em rendimentos (75-Subsídios à Exploração) como subsídios à exploração, quando existe garantia razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas.



- Subsídios ao Investimento:

Os subsídios não reembolsáveis, atribuídos pelas entidades públicas que se relacionam com ativos, são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios (5931- Subsídios ao Investimento). Subsequentemente, são imputados numa base sistemática como rendimentos (7833- Imputação de Subsídios ao Investimento) durante os períodos necessários para balancear os gastos que se pretende que estes compensem.

A Associação Sócio Cultural Pró-Lemede têm acordos de cooperação com a segurança social, no que respeita à comparticipação dos utentes. Uma vez que este se destina a suportar custos correntes relacionados com a prestação da atividade, a comparticipação é reconhecida como um subsídio à exploração.

Para além dos subsídios à exploração atribuídos pelo Instituto da segurança Social, a Associação tem sido também beneficiária de subsídios ao investimento, quer por parte do Instituto de Segurança Social, quer por parte da Câmara Municipal de Cantanhede.

No ano de 2022, não foi atribuído à entidade qualquer subsídio ao Investimento, uma vez que não foram realizados quaisquer investimentos no decurso do período ecómico.

13. Efeitos das alterações em taxas de câmbio

Por não terem existido transações em moeda estrangeira durante o período em análise, os efeitos das alterações em taxas de câmbio no período são nulos.

14. Imposto sobre o Rendimento

Segundo o artigo nº 2 do Código do IRC, “são sujeitos passivos de IRC as sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais pessoas coletivas de direito público ou privado, com sede ou direção efetiva em território português.”, onde se enquadram as IPSS.

O artigo 3º do mesmo código define que “o IRC incide sobre o rendimento global (...) das pessoas coletivas ou entidades referidas nas alíneas a) e b) do nº1 do artigo anterior que não exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola”, estando deste modo excluídas do âmbito de tributação as quotas e subsídios.

No entanto, ainda no âmbito do mesmo código, o artigo 10º estabelece isentas as instituições particulares de solidariedade social (artigo 10º, nº1 – b)) no que respeita aos rendimentos derivados de atividades comerciais exercidas no âmbito dos fins estatutários (artigo 10º, nº3).

Posto isto, e, devido à isenção, não se traduzem efeitos do imposto sobre rendimento nas demonstrações financeiras da entidade.

15. Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados incluem remuneração, subsídio de Férias e Natal, e prémios de produtividade. As obrigações decorrentes destes benefícios são reconhecidas como gastos do período em que a prestação ocorre.



Deste modo, e em respeito à base do acréscimo, são reconhecidos no período os direitos a férias e subsídios de férias adquiridos no período e que serão pagos e gozados no ano subsequente.

Os Órgãos Sociais da Entidade são compostos por 11 elementos, todos eles não remunerados.

16. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Em cumprimento do Decreto-Lei 411/97, de 17 de Outubro, informa-se que a situação perante a Segurança Social de encontra regularizada.

17. Outras informações

17.1. Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros da entidade resumem-se maioritariamente aos Fundos de Compensação do Trabalho das funcionárias, reembolsado à data da cessação do contrato de trabalho. Sendo que a variação do período se traduz da seguinte forma:

Investimentos Financeiros				
Descrição	Saldo Inicial (01/01/2022)	Aumentos	Reembolsos	Saldo Final (31/12/2022)
Investimentos em Subsidiárias	598,56 €			598,56 €
Fundo de Compensação do Trabalho	2 721,81 €	1 059,65 €	623,09 €	3 158,37 €
Total	3 320,37 €	1 059,65 €	623,09 €	3 756,93 €

17.2

Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

A 31/12/2022 não existiam valores reconhecidos nesta rubrica.

17.3 Clientes e Utentes

A 31/12/2022, esta rubrica encontra-se desagregada de acordo com o seguinte quadro.

Clientes			
Descrição	2022		2021
	Débito	Crédito	
Clientes Gerais	850,72 €		1 604,80 €
Clientes Cobrança Duvidosa	4 605,68 €		4 187,68 €
Adiantamentos de Clientes	- €		73,06 €
Perdas por Imparidade Acumuladas		418,00 €	- €
Total	5 456,40 €	418,00 €	5 865,54 €

No período em curso, foram reconhecidas perdas por imparidade, por se encontrarem em dívida, movimentos em aberto de um ex-cliente, vencidos há mais de 24 meses.



17.4 Outras Contas a Receber e a Pagar

A Rubrica “Outras Contas a Receber e a Pagar” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Outras Contas a Receber e a Pagar		
Descrição	2022	2021
Fornecedores de Investimento	- €	- €
Devedores e Credores por Acréscimo	57 432,20 €	49 459,45 €
Outros devedores e Credores	3 345,64 €	4 142,71 €
Total		53 602,16 €

17.5 Diferimentos

Na rubrica de “Diferimentos” encontram-se refletidas as quantias já pagas que respeitam a gastos relativos a períodos futuros. Estes totalizam o valor de 2.344,71€.

17.6 Outros Ativos Financeiros

À data de relato, os Ativos Financeiros da entidade respeitam a Títulos de Capital detidos na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, no valor de 1.000,00€ e encontram-se refletidos na rubrica “1421- Ativos Financeiros”.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A 31/12 o saldo comparativo das contas de Caixa e Depósitos Bancários é o que a seguir se apresenta:

Caixa e Depósitos Bancários		
Descrição	2022	2021
Caixa Social	48,91 €	79,09 €
Caixa Cultural	44,00 €	- €
Total Caixa	92,91 €	79,09 €
DO. CCAM - Social	28 071,00 €	12 361,89 €
DO. CCAM - Cultural	1 078,22 €	17 422,22 €
Total Bancos	29 149,22 €	29 784,11 €
Total	29 242,13 €	29 863,20 €

17.8 Fundos Patrimoniais

As variações nos Fundos Patrimoniais, encontra-se sistematizada no quadro que se segue:

Fundos Patrimoniais				
Descrição	Saldo Inicial (01/01/2022)	Aumentos	Diminuições	Saldo Final (31/12/2022)
Fundos	- €			- €
Excedentes técnicos	- €			- €
Reservas	470,00 €		470,00 €	- €
Resultados Transitados	232 874,21 €		21 613,90 €	211 260,31 €
Excedentes de Revalorização	- €			- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	106 672,79 €		2 823,78 €	103 849,01 €
Total	340 017,00 €	- €	24 907,68 €	315 109,32 €



A diminuição da rubrica “Resultados Transitados” corresponde ao resultado líquido obtido no período anterior.

As diminuições na rubrica “Outras Variações nos fundos patrimoniais” correspondem à imputação dos subsídios ao investimento aqui registados, a rendimentos.

17.9 Fornecedores

O prazo médio de pagamento das dívidas a fornecedores situa-se entre os 30 e os 45 dias, sendo que as faturas do mês são sempre pagas nos meados do mês seguinte.

Deste modo o saldo refletido na conta de fornecedores era à data de relato de 22.162,63€.

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos		
Descrição	2022	2021
Ativo		
IRC	- €	- €
IVA	1 913,57 €	723,97 €
Outros impostos e taxas	- €	- €
Total	1 913,57 €	723,97 €
Passivo		
IRC	- €	- €
IVA	- €	- €
IRS	2 118,92 €	2 421,23 €
SS	11 194,47 €	11 220,23 €
Outros impostos e taxas	219,83 €	104,57 €
Total	13 533,22 €	13 746,03 €
	15 446,79 €	14 470,00 €

17.11 Acréscimos

Nesta Rubrica de “Outras Contas a Receber e a Pagar” encontram-se reconhecidos os gastos respeitantes ao período que apenas serão concretizados e pagos no período posterior, totalizando o valor de 57.432,20€

17.12 Outros Passivos Financeiros

No período em apreço não foram registados valores nesta rubrica.

17.13 Subsídios, Doações e legados à exploração

Na conta da Demonstração de Resultados “Subsídios, Doações e Legados à Exploração encontram-se refletidos os Subsídios à Exploração concedidos pelo Instituto da Segurança Social, decompondo-se da seguinte forma:



Subsídios à Exploração		
Segurança Social	2022	2021
Centro de Dia	20 130,04 €	37 353,06 €
Apoio Domiciliário	79 464,15 €	70 775,74 €
ERPI	127 493,30 €	106 509,50 €
Comp. Vagas Reservadas p/ SS em ERPI	2 965,46 €	1 798,78 €
Outras Entidades	336,00 €	- €
Total	230 052,95 €	216 437,08 €

17.14 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos gastos com “Fornecimentos e Serviços Externos” é a que se apresenta no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos		
Descrição	2022	2021
Trabalhos Especializados	1 912,98 €	3 265,33 €
Vigilância e Segurança	19,80 €	- €
Material didático	- €	110,93 €
Material médico		1 792,88 €
Medicamentos		11,00 €
Honorários	16 775,13 €	18 434,96 €
Comissões	19,76 €	
Conservação e Reparação	8 946,40 €	6 726,21 €
Ferramentas e Utensílios	1 091,29 €	543,21 €
Material Escritório	1 759,01 €	1 491,68 €
Artigos para oferta	180,00 €	
Eletricidade	8 353,91 €	6 920,11 €
Combustíveis	33 958,52 €	23 821,15 €
Água	2 630,07 €	2 192,41 €
Transportes de Mercadorias	26,14 €	24,60 €
Rendas e Alugueres	1 608,60 €	4 132,80 €
Comunicação	2 059,56 €	1 349,14 €
Seguros	3 338,70 €	707,97 €
Limpeza, Higiene e Conforto	6 377,57 €	2 717,75 €
Outros Serviços	247,03 €	454,34 €
Total	89 304,47 €	74 696,47 €

17.15 Outros Rendimentos

Na Rubrica “Outros Rendimentos” encontram-se refletidos os seguintes rendimentos auferidos durante o período:



Outros Rendimentos		
Descrição	2022	2021
Ação Cultural	9 600,00 €	
Quotas	672,00 €	1 260,00 €
Reembolso IRS	1 406,41 €	2 074,07 €
Benefício Iva	457,22 €	
Outros Rendimentos	292,59 €	22,60 €
Correções Relativas a ex anteriores	890,79 €	1 024,06 €
Imputação Subsídios ao Investimento	3 293,78 €	4 770,02 €
Correções do Exercício		19,40 €
Donativos	4 864,35 €	12 193,85 €
Ganhos por aumento JV	142,64 €	
Total	21 619,78 €	21 364,00 €

17.16 Outros Gastos

Na Rubrica “Outros Gastos” encontram-se refletidos os seguintes gastos incorridos durante o período:

Outros Gastos		
Descrição	2022	2021
Impostos	1 146,96 €	4 466,79 €
Sinistros	526,66 €	
Outros Gastos e Perdas	3 095,31 €	28,87 €
Correções de exercicios anteriores	127,32 €	13 622,24 €
Total	4 896,25 €	18 117,90 €

Na rubrica de “Impostos” encontra-se refletida a já referida variação na conta de IVA, que nos termos do DL 20/90, de 13 de Janeiro, já não poderá ser reembolsado e ainda, correções relativas à entrega de impostos sobre o rendimento.

17.17 Resultados Financeiros

A Entidade não apresenta resultados financeiros, por não se encontrar associada a nenhuma atividade de financiamento.

17.18 Acontecimentos após a data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

A 20 de Março de 2023, tomou-se a decisão de se proceder ao pagamento dos retroativos relativos à aplicação, também ela retroativa, da Tabela Salarial imanada pela CNIS na BTE 47/2022 de 22 de dezembro de 2022. À semelhança do que era usualmente praticado, procedeu-se à atualização dos salários na data de publicação da referida BTE. No entanto, tendo esta referência a 1 de Julho de 2022, rececionamos por parte do Advogado de uma funcionária, a exigência de pagamento dos referidos retroativos, sob pena de apresentação de queixa no órgão competente ACT.

Esta exigência tem claramente, um impacto negativo nas apresentações de contas, uma vez que impacta negativamente o resultado no valor aproximado de



5.500,00€, agravando ainda mais o impacto que a conta “Gastos com o Pessoal” tem nas contas da Instituição.

NOTA: Quando se preencheu na plataforma OCIP o mapa dos Fluxos de Caixa verificou-se que o valor que estava em “Caixa e seus equivalentes no início do período” não está correto, pois existe uma diferença de 1.000,00 €. Verificou-se que esse erro vem desde o mapa dos Fluxos de Caixa de 2017. Na prestação de contas de 2017 em “Caixa e seus equivalentes no início do período” deveria estar o valor de 31.536,77 € que era o valor que consta em “caixa e seus equivalentes no fim do período” de 2016 e aparece 32.536,77 €. Assim sendo nesta prestação de contas de 2021 aparece novamente esta diferença de 1.000,00€

A Contabilista Certificada

A Direção

(Mariana Figueiredo, CC nº 96326)

(Fernando José Ferreira)